

Problematizações sobre masculinidades *queer* em uma edição de corrida de rua

Problems about queer male in a street race edition

Rafael Marques Garcia

Mestre em Educação Física pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).
rafa.mgarcia@hotmail.com

Alan Camargo Silva

Pós-Doutor em Educação Física pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).
alan10@zipmail.com.br

Erik Giuseppe Barbosa Pereira

Doutor em Ciências do Exercício e do Esporte pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).
egiuseppe@eefd.ufrj.br



Resumo

Objetivamos relatar e analisar a vivência de um corpo masculino *queer* durante uma edição de corrida de rua, sob a ótica da teoria pós-estruturalista. Norteamo-nos pela seguinte questão: de que forma o discurso sobre o uso do corpo e das práticas corporais se sobressai nesta modalidade esportiva? Nosso estudo se justifica por contribuir cientificamente com os estudos referentes à temática e estimular este tipo de intervenção ao promover reflexões que subvertam as convenções de gênero e sexualidades no Esporte e práticas corporais. Utilizamos uma abordagem qualitativa e o método de experimentação de campo. Evidenciamos que a corrida de rua, mesmo não demarcando categorias de gênero, reforçam as normas sociais heteronormativas, policiando as masculinidades *queer* e criticando sua(s) performatização(ões) nas esferas analisadas.

Palavra-chave: Esporte; Gênero; Masculinidades; *Queer*.

Abstract

The objective of the study was to report and analyze the experience of a male queer body in a street race on the poststructuralist view. We are led by the following question: in what way does the discourse on the use of body and corporal practices stand out in this sporting modality? Our study is justified by contributing scientifically to the studies related to the theme and stimulating this type of intervention by promoting reflections that subvert the conventions of gender and sexualities in Sport and physical practices. We used a qualitative approach and the field experimentation method. We show that the street race, even without demarcating gender categories, reinforces heteronormative social norms, policing queer masculinities and criticizing your performativities in the analyzed spheres.

Keywords: Sport; Gender; Masculinities; Queer.

Introdução

Historicamente, os processos sociais se consolidam através de mecanismos restritivos e identificadores, que demarcam espaços, classificam sujeitos e decodificam significados de pertencimento para variados grupos e cenários de acordo com valores impositivos e norteadores. Nesta construção simbólico-discursiva, naturaliza-se uma série de formas de se viver, comportar e agir, estabelecendo certos parâmetros de gênero e de sexualidade “normais” que devem ser, obrigatoriamente, adotados pelos seres sociais (MADUREIRA; BRANCO, 2012). Deve-se observar que a noção naturalizada e universal de “normalidade” se reconstrói a todo instante em diferentes tempos e espaços, por vezes (des)classificando outras identificações sexuais e de gênero consideradas anormais (LOURO, 2008). Assim, partindo da perspectiva pós-estruturalista, argumenta-se que as ditas “identificações” estão em um contínuo processo; nunca acabado, pronto ou fixo, como lembra Louro (2014).

Como ferramenta de coerção para assegurar esses parâmetros de normalidade, interpreta-se com estranheza e repulsa aqueles fenômenos que subvertem os saberes do senso comum, o que retroalimenta práticas restritivas e impositivas, às vezes fazendo uso de dispositivos violentos de controle, para assegurar a manutenção da ordem social normativa. Pérez-Nebra e Jesus (2011) destacam que essa ordenação se constrói a partir das respostas imediatas que são aplicadas com base naquilo já estabelecido, resistindo às mudanças e à possibilidade de interpretações múltiplas de realidades desconexas com aquilo que já se entende por naturalizado.

Como importante elemento das práticas sociais, a cultura corporal de movimento¹, e principalmente a prática de exercícios físicos, desponha como uma das tecnologias de (re)produção e extensão dessas normas estipuladas, arquitetando-se através de segregações socioculturais estabelecidas por discursos² de poder e restritivos (ARAÚJO, 2015). Dessa forma, conforme destaca Sampaio (2008), existe nítida diferença entre as práticas corporais nos universos masculino e feminino, sendo o primeiro mais valorizado, permitido e acessível, acionado principalmente para estabelecer reconhecimentos e diferenças entre os sexos: a prática masculina deve exacerbar as qualidades dessa categoria, portanto, construir-se a partir de contraposições às feminilidades, utilizando-se de força, aspectos viris, coragem, determinação, garra, entre outros. Pereira (2008) alerta que este cenário denuncia uma verdade social, construída por meio de discursos normalizadores que imputam às pessoas diferenças sexuais: ser/estar homem/masculino deve, obrigatoriamente, contrastar com ser/estar mulher/feminino, operando apenas nesta ótica binária.

Dessa maneira, ao explorarmos o campo histórico do Esporte enquanto espaço de práticas corporais, é possível apontá-lo como cons-

1 A noção de “cultura corporal”, “cultura de movimento” ou como escrevemos aqui, “cultura corporal de movimento”, foi problematizada e discutida principalmente a partir da década de 1980 na área de Educação Física (escolar) por distintas perspectivas teóricas das Ciências Humanas e Sociais (DAOLIO, 2004). Em termos gerais, aponta que todas as manifestações corporais humanas não são frutos apenas de uma dimensão biológica físico-orgânica, mas também se baseiam em uma dinâmica sócio-histórica e cultural (DAOLIO, 2020).

2 A noção de “discurso” é polissêmica, circunstancial, extensamente interpretativa e pode ser compreendida por diferentes referenciais teórico-metodológicos. No presente texto, “discurso” refere-se a “não-neutralidade” da linguagem em descrever continuamente o mundo (GILL, 2010).

tructo de saberes biopolíticos³ sexistas que segregam, normalizam e enquadram sujeitos arbitrariamente em modelos inteligíveis conforme o binarismo de gênero (CAMARGO, 2012; BRITO, 2019; SILVA, 2019). Outrora renegado às mulheres, os locais para práticas físicas e uso do corpo consolidaram-se como reserva masculina, no entanto, com a crescente inserção, participação e conquistas sociais por parte do público feminino, sua inserção na esfera da vivência corporal cresceu exponencialmente, ao compasso das desconstruções e combate aos discursos que restringiam sua participação com base em saberes biomédicos, bem como da quebra de paradigmas sociais hegemônicos acerca de homens e mulheres no Esporte (OLIVEIRA, CHEREM, TUBINO, 2008).

Dessa forma, Gonçalves (1998) destaca que para zelar pela equidade de justiça nas competições esportivas, devido às diferenças fisiológicas constatadas entre a maioria de atletas homens e mulheres, o Esporte passou a apresentar um enquadramento por naipes, sendo o masculino identificado como espaço de competição dos homens e o feminino identificado como espaço de competição para mulheres. Ainda conforme a autora, essa divisão se deu, também, para contemplar e manter discursos de poder: aos homens, o governo público e político, contornado por aspectos de força, lógica e raciocínio frio e objetivo, enquanto que às mulheres, um espaço privado, subalterno, de emoções frágeis e graciosidades.

Para Scott (1995), a construção social de gênero se depara com o formato específico das relações sociais que se equiparam aos modelos de igualdade, traduzindo-se em práticas corriqueiras no universo público em que as mulheres ainda não têm as mesmas condições de acesso que os

3 Foucault (1988) explica que a Biopolítica se traduz em um conjunto de processos entre saber/poder, impulsionados a partir do século XVIII, que são racionalizados pela prática governamental e instituídos às populações com o intuito de não apenas vigiá-las, mas controlar suas vidas através de aspectos concernentes à saúde, sexualidade, higiene, raça, natalidade, etc. Em síntese, a Biopolítica organiza e controla a dinâmica de (sobre)vida das pessoas em seus contextos sociopolíticos e culturais.

homens. Ao expressar-se socialmente por meio da dualidade público/privado, a diferença sexual traduz-se socialmente em hierarquia de gênero. Centrada historicamente na obra de Foucault (1988), Scott (1995) afirma que há uma contribuição nos significados dessa divisão inserida no espaço discursivo e político e, ao desconstruir essa oposição entre igualdade *versus* diferença, estabelecem-se oposições binárias, cujos primeiros termos adquirem preferência e reprimem os segundos: unidade/diversidade; identidade/diferença; presença/falta; universal/específico.

Dessa forma, as divisões de gênero de cunho binário consolidaram-se, também, no campo esportivo das práticas corporais, principalmente ao enquadrar arbitrariamente seus participantes em apenas duas óticas lógicas concernentes. Justificando tal premissa, as tecnologias modernas, como por exemplo, as mídias, reforçam esses atributos ao retratar masculinidades exacerbadas através de elementos que vendem força, agilidade, bravura, brutalidade e olhares ameaçadores, e feminilidades esdrúxulas, veiculadas de forma erotizada e fetichizada, realçando emoções e fragilidade físicas, tais como choro, histeria, tristeza e graciosidade do corpo belo feminino (PEREIRA; PONTES; RIBEIRO, 2014).

Ora a diferença biológica marca corpos e identidades distintas, ora não podemos afiançar que existe uma essência do que é masculino ou feminino, do que é ser homem ou ser mulher. Homens e mulheres possuem corpos físicos diferentes, mas enquanto gêneros congregam preceitos socioculturais que monitoram como essas corporalidades devem se perceber (LOURO, 2014). O estabelecimento dessa maneira de dividir, reclusa, engessada e limitada, invisibiliza outros corpos e não reconhece as qualificações daqueles/as que não se enquadram nestes modelos ou não se apresentam de maneiras esperadas para seu naipe/gênero. O esboço dessa materialização não consegue ser interpretado sobre a normatividade lógica estabelecida pelos parâmetros sociais, já que subverte esses entendimentos. Em consonância com Brito (2019), apontamos a emersão de

corpos questionadores irreconhecíveis por suas identificações múltiplas, que podem ser aqui elencados como *queer*⁴.

Como não existem outras formas de participação, todas as identificações devem se enquadrar nas normas binárias esportivas. Embora ocorra, a presença de uma subsistência *queer* provoca intensa oscilação entre os naipes, já que se deslocam sentidos e saberes até então tomados como fixos e intransigentes (JAEGER; GOELLNER, 2011).

O termo “*queer*”, segundo as perspectivas de Camargo e Rial (2009) e Louro (2013), é uma terminologia acionada para designar (ou não) pessoas não heterossexuais, tais como lésbicas, gays, bissexuais, travestis e *trans*. A nomenclatura sinaliza algo subversivo, estranho e desviante da norma, desafiando as convenções sociais já estabelecidas, perturbando, provocando e fascinando novas leituras de corpos e sexualidades (LOURO, 2013).

Inspirados por Miskolci (2012), Louro (2013) e Brito (2018; 2019), situamos as Teorias *Queer* (TQ)⁵ como um termo geral e amplo que coadunam estudos e postulam discussões para problematizar a heterossexualidade como único regime político, social e cultural possível de vida. O objetivo das TQ, em termos epistemológicos e empíricos, é desconstruir essa hegemonia sexual normativa através de investigações que analisem o gênero como uma das variadas formas de regulação social

4 Reconhecemos que o uso de um conceito identificador para “*queer*” ao longo do texto, tal como: sujeitos *queer*, corpo *queer*, público *queer*, peculiaridades *queer*, corredor *queer*, entre outros, seja problemático, uma vez que nomeia algo que não quer ser nomeado e que parte de uma desconstrução radical de significações para remeter-se a identificações de gênero e sexualidade. No entanto, essas colocações são ponderadas com o intuito de facilitar a compreensão do artigo na leitura e interpretação de características não heterossexuais e/ou heteronormativas. É nossa última aspiração, portanto, querer imputar uma identificação fixa ao conceito, ou ainda estabelecer um conceito, sendo esta apenas uma decisão epistemológica para melhor entendimento dos escritos.

5 Ao longo do presente texto, utilizaremos TQ referindo-se às Teorias *Queer*.

que privilegia determinados sujeitos em detrimento de outros, estabelecendo barreiras e fronteiras de poder de acordo com discursos disciplinares, punitivos e compulsivos.

Miskolci (2012) tem se debruçando em utilizar o aporte das TQ em investigações empíricas baseada em 3 vertentes: 1- sobre as novas orientações da teoria social que modificam profundamente e fazem um crítica e sofisticam as Ciências Sociais, os Estudos Pós-coloniais, os Decoloniais, os Estudos Culturais e as próprias TQ; 2- a vertente histórica resulta na forma como a sexualidade e o desejo moldam a formação do Estado e; 3- a última, que diz respeito aos usos contemporâneos das novas tecnologias para criar relações amorosas, sexuais e transformar seus horizontes de aspirações em contextos, sobretudo de subalternização social.

Para estruturar nossas análises neste trabalho, acionaremos a obra da filósofa pós-estruturalista Judith Butler (2015), que afirma que o gênero, tal qual o sexo, é uma construção social de ordem compulsória que rege lógicas heteronormativas através da repetição holística de atos, gestos, ações e modos de ser/estar. Neste contexto, o gênero se faz performativo⁶, uma vez que reitera discursos de poder e (re)modula sujeitos em masculinos e femininos.

Sobre essas premissas, nosso estudo narra e analisa a vivência de um “corpo masculino *queer*” em uma edição de corrida de rua. Para este estudo em especial, e para se vislumbrar uma masculinidade *queer* (CAMARGO, 2012; BRITO, 2018; 2019), o autor principal realizou a prova de 5km da Etapa Primavera de 2016 no Rio de Janeiro trajando a

6 Conceito cunhado por Butler (2015) e que será adensado ao longo do texto.

7 Para o estabelecimento desta categoria de análise, inspiramo-nos em Camargo (2012) e Brito (2018; 2019) para entender um corpo masculino *queer* como aquele que “[...] traga reflexões a possíveis performances que se potencializam como infinitas, indo além da pluralidade e multiplicidade” (BRITO, 2019, p. 100). Cabe frisar que não estamos fixando uma categoria ou conceito, apenas estabelecendo um termo sobre o qual podemos nos debruçar para análise e facilitar o entendimento de nossas discussões.

camisa do evento e um short saia. Entendemo-lo como *queer* devido à sua performativização enquanto homem masculinizado utilizando uma vestimenta cheia de simbologias pertencentes ao universo feminino, dando vida a um “sujeito codificado⁸”, incomum e provocador.

A partir dos expostos acima, o objetivo do estudo foi relatar e analisar a experiência de um corpo masculino *queer* em uma corrida de rua sobre a ótica pós-estruturalista. Norteamo-nos pela seguinte questão: de que maneira o discurso sobre o uso do corpo e das práticas corporais se sobressai nesta modalidade esportiva? Nosso estudo de justifica por contribuir aos estudos de gênero, *queer* e sexualidades na Educação Física e Esporte, além de promover reflexões que subvertem as convenções normativas acerca de masculinidades normativas e *queer* nas esferas em questão, uma vez que “[...] no Brasil, os saberes e as práticas voltadas a esta temática ainda são incipientes” (SILVA, 2019, p. 68).

Metodologia

O entendimento aqui relatado trata do olhar de três professores/pesquisadores de Educação Física com a intenção de trazer à tona inquietações relativas aos estudos pós-estruturalistas. Ancoramo-nos no método qualitativo, com base na experimentação de campo (BRUYNE; HERMAN; SCHOUTHEETE, 1991; VERGARA, 2014) para a realização deste estudo em especial.

Bruyne, Herman e Schoutheete (1991) situam esta estratégia como uma forma de configurar um espaço de análise à luz de seu espaço “natural” de ocorrência, possibilitando transmutar os papéis dos pes-

8 Em nosso entendimento, um sujeito codificado circunscreve-se pela inter-relação de símbolos, simbologias, signos e códigos. Desta forma, a interpretação desses indicadores sugere a decodificação ou interpretação deste sujeito pelos demais conforme aspectos socioculturais que reconhecem tais atribuições naquele espaço. Ex.: a saia, no Brasil, é decodificada enquanto símbolo feminino, portanto, impenetrável no universo masculino.

quisadores e sujeitos participantes de forma recíproca. Vergara (2014) complementa ao destacar que essas experimentações são executadas no espaço onde esses fenômenos se manifestam, o que é fundamental para propiciar a colheita de ferramentas que favoreçam a análise dos elementos observados.

Conforme os autores e a autora, para configurar um estudo de experimentação de campo, devem ser adotados procedimentos, em três momentos, a saber: 1- descrição detalhada dos acontecimentos, local e tempo de onde a vivência foi promovida; 2- destrinchar a relevância, bem como a adequação dos procedimentos que foram acionados para apresentar e analisar os dados à luz dos objetivos apontados e; 3- explicitação e amplificação dos procedimentos de análise, discorrendo sobre a temática proposta em si.

Na sessão seguinte, portanto, organizamos nossos escritos a partir do relato da experiência, posteriormente seguida da análise dos eventos com base em nossas interpretações com a literatura de gênero, *queer* e pós-estruturalismo.

O pensamento pós-estruturalista mantém o foco nos processos linguísticos e discursivos como herança estruturalista, mas desloca elementos importantes ao conceber a linguagem sem referentes como um jogo que basta a si mesmo. Não obstante, ainda que seja concebida de modos diferentes, o que se vê em ambos é a ideia da centralidade da linguagem na vida cultural e social humana (DENTZ, 2015, p. 88).

Destarte, a problematização de condutas naturalizadas sobre as questões de gênero nas práticas corporais, dentre elas a modalidade “corrida de rua” amplamente disseminada pela indústria *fitness* e *wellness*, potencializa-nos reflexões dessa ordem com o intuito de desmistificar discursos generificados e normalizantes. A adoção por esta modalidade esportiva se deu devido à popularização dessa prática no

Brasil, possível reflexo de “[...] um interesse da população aos benefícios proporcionados pela prática regular da corrida, que vão desde a esfera física, a psicológica e especialmente ligados aos aspectos sociais” (ALBUQUERQUE *et al.*, 2018, p. 89). Ainda conforme os autores, “A procura pela corrida de rua está ancorada à socialização existente entre os indivíduos, ao passo que esta enaltece o relacionamento, sobretudo quando se formam grupos de corrida” (p. 89).

Também, a possibilidade de participação de ambos os sexos, sem distinção por categoria masculina e feminina, foi outro fator importante para nossa decisão, uma vez que podem participar quaisquer pessoas, inclusive aquelas que fogem dessa identificação reclusa aos gêneros binários, multiplicando em infindáveis possibilidades de exposição neste momento de prática social. A seguir, situamos as sessões: **a- A experiência...**, onde descrevemos a vivência *queer* e; **b- Análise do ocorrido...**, onde tecemos nossas discussões acerca dos ocorridos.

Resultados e discussões

a- A experiência...

Autor: Dia 25 de setembro de 2016: uma manhã de domingo como qualquer outra marcada pela realização da Etapa Primavera de corrida de rua do Circuito das Estações no Aterro do Flamengo, Rio de Janeiro. Como de costume, eu havia feito minha periodização, estava retornando de uma lesão e optei por correr 5 km em contraversão aos habituais 10 km de sempre. Levantei-me cedo, banhei-me, tomei meu café. Vesti-me e saí de casa com destino à corrida. Já na primeira esquina, pessoas me observavam ao longe. Algumas me apontavam os dedos e conversavam entre si. Cheguei ao ponto de ônibus, onde mais pessoas me olhavam incrédulas, outras riam. O motivo? Estava eu, um homem, trajando um short saia.

Por que o uso dessa vestimenta? Pois bem, irei explicar. Em abril do mesmo ano eu estava em uma loja de artigos esportivos renovando meu guarda-roupa: camisetas, meias de cano longo, shorts e até mesmo uma toalha *dry fit*. Nada disso chamou tanto a minha atenção como aquele pequeno short saia pendurado no cabide. Olhei uma vez, segui com minhas compras. Olhei duas vezes, estava me hipnotizando. Olhei na terceira, decidi experimentar. No provador, coloquei aquilo que de longe havia sido confeccionado para mim, mas que me caiu tão bem que eu não poderia deixar de levar. Depois de várias voltas olhando no espelho, estava decidido: comprei. Era bonito, com um recorte legal, ideal para a prática de minhas atividades.

Ao chegar em casa, fui logo admirar meu novo “presente”. Acho que só neste momento me dei conta de que não poderia utilizá-lo da forma como queria. Experimentei-o de novo, senti-me lindo e deslumbrante e desfilei na frente do espelho, mas privei-me de usá-lo fora de casa por já esperar ser rechaçado socialmente. Assim, seu local de armazenamento foi lá no fundo da gaveta. Por vezes eu repeti esse ritual, convencendo-me de que “é hoje que eu saio com essa beleza!”. Nada. Por cinco meses eu fui incapaz de vestir o que me agradava em público.

Pensar em utilizar um short saia foi uma ideia que surgiu após realizar algumas etapas de corrida de rua e perceber que existiam muitos corredores e corredoras com variados tipos de vestimentas, em um ambiente que não segregava pessoas por gênero nem nada disso. Amadureci o pensamento. Orquestrei em minha cabeça como seria correr com aquele short saia muito mais confortável do que a maioria dos shorts que eu utilizava. Setembro chegou e com ele mais uma edição de corrida, marcada pela seguinte certeza: vou correr de short saia! “Não devo me preocupar com os outros ou com o que eles vão pensar. Todos estarão lá em prol da corrida e eu quero estar da forma como eu me sinto bem!” era o que eu dizia a mim mesmo e aos amigos que tiveram o privilégio de receber a

notícia em primeira mão. Eu me via bonito e me sentia mais disposto com a vestimenta, então por que não a usar?

De fato, o pequeno trecho que percorri do apartamento até a estação de ônibus, algo em torno de 150 ou 200 metros, denunciou que eu estava completamente enganado. A conduta das pessoas com as quais cruzei neste caminho não me deixava dúvidas: “um homem corpulento de 1,81m não poderia nunca, em hipótese alguma, trajar aquela vestimenta, que absurdo!”.

Eu não entendia por que razão vestir um short saia se configurava como tão desonroso e desafiador para a compreensão alheia, mas minha intenção era vivenciar a corrida daquela maneira, então assim me organizei. Ao tomar o ônibus, acho que não estarei exagerando em afirmar que todos os passageiros e passageiras fixaram os olhos em mim assim que botei o pé no primeiro degrau para entrar no veículo. O motorista não percebeu, talvez estivesse muito preocupado com o tráfego que, para uma manhã de domingo, estava até intenso demais.

Enquanto cruzava a roleta, pude perceber que os/as passageiros/as atentaram-se aos contornos do short saia, comentando, apontando e me encarando. Tive de andar por todo o corredor do ônibus, até a última fileira de bancos, onde havia um assento vazio. Neste trajeto, ao passar por uma mulher sentada ao lado de um senhor, pude ouvi-la murmurar: “*não sou obrigada a ver isso!*”. Embora minha vontade de responder fosse grande, aconselhando que ela simplesmente desviasse seu olhar de mim para não ser obrigada a ver nada, apenas me sentei e apreciei a viagem.

Sentado. Essa posição me trouxe um pequeno alívio, pois camuflava um pouco o recorte da saia e enaltecia os contornos do short – a essa altura eu já estava um pouco tenso, pois as expressões que me encararam em minha passeata pelo ônibus não eram das melhores. Um homem de aproximadamente 45 anos ficou me fitando um bom tempo com aquele olhar ameaçador, que se assemelha ao de um *serial killer* que

está arquitetando planos em sua mente. Resolvi devolver a provocação e fixei meus olhos nos dele com aquela cara de “algum problema?”. Ele balançou a cabeça negativamente e soltou um suspiro. Não foi o único. De fato, eu incomodei muitas pessoas neste percurso até o centro da cidade.

A mulher que fez o comentário ao senhor não parava de falar e eu ainda pude ouvir “*foi só aquela escola inventar que menino usa saia que agora pensam que é moda!*”. Pelo visto ela se referia à abolição do uniforme por gênero no Colégio Pedro II dias antes, o que causou um reboiço pela cidade devido à interpretação equivocada de que o colégio estava incentivando os alunos meninos a vestirem saias e consequentemente as demais pessoas também – eu, inclusive –, mas na verdade as intenções da instituição e as minhas eram as mesmas: cada um se veste à sua maneira de forma que se sinta bem e ponto final!

Fazendo um esforço tremendo para suportar tanta falta de decoro, contive-me até chegar ao meu destino, no Castelo. A corrida seria realizada no Monumento aos Pracinhas, distante não mais que 1 km dali, então terminei esse trajeto andando. As ruas do centro parecem rodovias, são largas, com três ou mais faixas e um fluxo intenso de carros – mesmo num domingo –, e eu não poderia ter passado despercebido caminhando sozinho nas faixas de pedestres com uma fila de automóveis esperando o sinal abrir.

Eu senti certa insegurança, já que percebi que estava chamando a atenção de muitas pessoas, que me encaravam de forma não tão amistosa. Foi aí que eu, despercebidamente, olhei para o lado na tentativa de visualizar o fluxo de veículos e pude ver um ônibus de forma lateralizada, parado, aguardando o sinal abrir para arrancar, onde todos/as – sim, todos/as! – os/as passageiros/as sentados à janela do lado esquerdo estavam observando meu caminhar. Todos/as! Eu imaginei o que será que aquele povo estava tanto observando, porque não era possível que um simples short saia, tão bonito e charmoso em mim, causasse tanto espanto nas pessoas.

Muito estranho e indecifrável. Assim que eu era interpretado, de forma oculta, fria, asquerosa. O sentimento de insegurança retornou, porém mantive o foco na corrida que eu tinha que realizar, já que faltava tão pouco para isso. Conforme eu ia andando, aproximava-me cada vez mais do local de largada e outros/as corredores/as começaram a aparecer com o mesmo destino. Logo a corrida iria começar e ninguém se importaria com minha vestimenta, então segui mais firme do que já estava rumo ao aglomerado de pessoas que se aqueciam e se alongavam para a corrida.

De início não percebi nenhuma reação negativa ou que renegasse minha presença naquele espaço, reforçando aquela minha ideia de que no espaço da corrida, o que importa é correr, independente da vestimenta, do gênero, da raça, do que fosse. Fui retirar meu número de peito no guichê. As pessoas conversavam, estavam animadas, trotavam para aquecer, riam... Era um clima de festa, de energias boas para a mais nova corrida que se aproximava. Parecia até uma festa de ano novo, faltava só o champanhe. Quando cheguei ao balcão, uma atendente me olhou de cima a baixo e correu para me atender. Informei meu número e ela, muito prestativa, entregou-me o número de peito e o chip de cronometragem. Sorrindo, ainda me desejou uma boa prova. A essa altura eu já podia dizer que havia voltado a integrar a raça humana e não era mais visto como um extraterrestre... Ou não...

Afixei o número de peito (2459) na camisa e utilizei o cadarço do tênis para amarrar o chip de cronometragem. Nesta última ação tive que me ajoelhar e aqueles comentários sutis e maliciosos começaram a despontar. Por um momento eu me convenci de que era coisa da minha cabeça e que nada daquilo era direcionado a mim, mas aquele riso acompanhado de um cochicho e apontada de dedo denunciou tudo.

Sinceramente, eu já havia deixado a insegurança de lado, mas aquilo me incomodou. Odeio servir de deboche aos outros, pois não sou

palhaço. Terminei de firmar aquele chip e enfiei-me na pista de largada, no meu pelotão, aguardando a autorização da corrida.

Eu, todo empolgado, já esperava aquela sirene tocar para sair com meu lindo short saia correndo, digno de cena padrão Hollywood. Talvez esse momento pré-largada seja o mais tenso para o corredor e eu estava com aquela tensão dupla. Um pequeno atraso, mas aí a sirene tocou. As pessoas passaram a trotar e a correr. O primeiro deles foi o Pelotão Quênia, e subsequente era o meu. O pessoal começou a desenvolver a corrida, até que cruzamos a linha de largada e iniciamos o evento propriamente dito.

Estava chovendo. O vento batendo no corpo acrescido do movimento de marcha flamejou aquele short saia de uma maneira tão poética que lhe conferiu vida como se ele fosse parte inseparável de meu corpo. A representatividade que aquela saia exercia me deu orgulho, pois as manifestações de gênero me intrigam; o binarismo de gênero é excludente; as imposições heteronormativas me incomodam. Naquele momento, nada disso parecia importar. Tinha saia. Bermuda térmica. Calça *legging*. Meia alta. Meia baixa. Camiseta. Gente sem camisa...

Tudo lindo, doce ilusão, logo veio a se estragar. Enquanto você está correndo, sua mente te leva para vários lugares, você pensa em tantas coisas que chega até a ser difícil de explicitar. Em meio a tantos pensamentos, comecei a observar os/as demais corredores e notei um fato curioso: embora houvesse uma diversidade de vestimentas e performances, todas elas eram de acordo com os padrões de gênero clássicos (saia às mulheres, bermuda aos homens). Só eu mesmo que estava inter cruzando aquele universo simbólico.

Então começaram a surgir comentários. Ah, esses comentários! Comecei a me dar conta que as pessoas estavam espantadas. “*Olha, um homem correndo de saia!*”. Até aí tudo bem, mas a resposta veio em tom de surpresa: “*O que?*”. Aí depois surgiu um mais agressivo: “*Dá só uma*

olhada naquela viadice ali!". Gerou um incômodo, porém me fingi de surdo e continuei com meu ritmo. Aquela insegurança voltou após eu refletir sobre o último comentário e junto dela veio o medo. Medo porque eu não estava num ambiente harmonioso e que me respeitava. As pessoas ao meu redor não estavam tão pacíficas e amistosas em prol da corrida como eu pensei que estivessem. A essa altura, um "esbarrão acidental" de algum colega poderia me render belos ferimentos em função da velocidade promovida pela marcha. Para além disso, a corrida tinha público espectador. Parece loucura, mas por diversos momentos imaginei o que aconteceria se uma pedra voasse em minha direção.

A intenção, agora, era terminar o evento e retornar para casa são e salvo. Para tentar me acalmar, reativei meu mantra, porém outros comentários vieram a me desestabilizar e desconcentrar: "*Viadinho!*", "*Bicha!*", "*Boiola!*", "*Que merda...*", e o mais impactante e que mais me preocupou: "*Viado tem que morrer!*".

Uma preocupação atrás da outra, até o fim da corrida. Terminei por volta de meia hora, sem encarar ninguém, querendo sumir daquele lugar. Peguei minha medalha, frutas e um isotônico e me retirei da área de corrida. Só gostaria de tirar uma foto agora.

Outro problema. Estou sozinho. Como vou tirar uma foto de corpo inteiro e mostrar que realmente vim a caráter não só por mim, mas para legitimar a existência de sujeitos que não são aceitos por essa lógica social binária e heterocompulsória? Eu precisava contribuir. É tipo aquele discurso do exibicionismo, para o movimento ganhar notoriedade, ele tem que ser visto e divulgado. Eu precisava mostrar que na corrida tem espaço para além dos homens e das mulheres comuns, e eu estive aqui para vivenciar e comprovar isso! Isso o que? O fato de você poder ser quem você quer ser onde quer que seja: representatividade!

Confesso que fiquei parado por alguns minutos observando vários corredores que também já haviam terminado a prova e estavam em

seus rituais de desaquiescimento, buscando encontrar “um ser agraciado” para me fotografar. Muitos passaram até eu decidir por aquele senhor negro de cabelo curto e grisalho: “Senhor, você poderia tirar uma foto minha?”, “Claro!”. Cedi meu celular, fiz uma pose. Ele tirou duas ou três fotos, olhou para mim e perguntou: “*Vêja se você gostou, qualquer coisa eu tiro outra!*”. Nessa hora eu tive a certeza de que havia escolhido certo. Eu não era um ser grotesco para aquele senhor. Eu era um igual, seu semelhante. Agradei, ainda sob olhares “curiosos” de algumas pessoas, e tomei o caminho para casa.

O medo bateu forte. Já tive ataques de pânico e eu sei quando eles vão surgir. Aquele momento estava propício. Eu estava sozinho me dirigindo ao ponto de ônibus para retornar para casa, percebi que eu poderia ser uma vítima de violência barata e gratuita. Passei a andar mais rápido, tentando dispersar meus pensamentos, mas todos os comentários e desaprovações simplesmente se fixaram em minha mente e não paravam de me perturbar.

Ao me dar conta, estava bem próximo do local de embarque. Havia um Guarda Municipal direcionando os carros num cruzamento e quando fui passar por ele, esbaforido e afoito, ele me perguntou de qual corrida eu estava vindo e citou algumas que estavam ocorrendo em outros locais. Apenas para mim. Outros corredores passaram, mas foi apenas a mim que ele se dirigiu. Talvez eu tenha me tranquilizado por novamente ter sido tratado como um igual e não como algo anormal. Talvez eu tenha me sentido seguro. Talvez eu tenha me sentido aceito. Mas não importa mais, meu desejo agora é ir para casa. Sentei na calçada para aguardar o ônibus. Lembra aquele segredo da posição sentada, de valorizar o formato de shorts? Serviu para maquiagem o que chamava a atenção de todo mundo que passava por aquela maldita rua!

Quando o ônibus chegou, subi, desejei bom dia ao motorista e fui retribuído. A verdade é que talvez a gente perceba quem realmente é bem

-intencionado. Está no olhar, as pessoas podem tentar te ludibriar de diversas maneiras, mas o olhar não mente, ele entrega a maldade. E nessas quatro pessoas eu não consegui ver um pingão de maldade: na atendente que me entregou o número de peito, no senhor que tirou minha foto, no guarda municipal e no motorista do ônibus que me levou para casa. E essas pessoas foram fundamentais, porque serviram de alento em meio a tanto desconforto, medo e insegurança. Fui embora sentado. Essa posição me confortava, passava-me tranquilidade. Desci próximo de minha casa, tive que andar por alguns metros. Mais alguns olhares, mais incômodo, mas faltava muito pouco pra aquele tormento terminar. Em minha rua, disparei a correr como uma flecha, tão veloz quanto um atleta de 100 metros de atletismo. Rapidamente abri o portão, entrei no apartamento e finalmente soltei meu grito de sobrevivência: estou vivo, são e salvo!

b- Análise do ocorrido...

A experiência realizada denuncia discursos que visam coibir uma expressividade *queer*, já que a presença do corpo estranho promove uma espécie de tremor nas bases fixas das normas sociais de gênero. O discurso naturalizador dos sexos, bem como das atribuições qualificadoras do masculino e feminino, sofre com essa desestabilização, abrindo margem para ressignificações dos corpos e das práticas corporais presentes na esfera moderna.

A heteronormatividade⁹ está inserida no Esporte e, desse modo, tende a estar presente em seus espaços, normas, ritos, rotinas, conte-

9 Brito (2018, p. 73-74) explica que “O termo heteronormatividade, como uma das problematizações caras à teoria *queer*, foi desenvolvido pelo estadunidense Michael Warner na introdução da obra *Fear of a Queer Planet*, no ano de 1991. Significa a normatização da ordem social por um conjunto de dispositivos, tais como discursos, valores e práticas, pelo pressuposto de que a heterossexualidade é o único modelo de orientação sexual possível, que busca controlar e regular a vida dos sujeitos, não apenas no que concerne à orientação sexual propriamente dita, como também na imposição de padrões de comportamentos atrelados ao binarismo de gênero”.

údos e práticas. A instituição normativa e normalizadora da heterossexualidade como única possibilidade natural e legítima de expressão sexual e de gênero abarca todo o fenômeno “Esporte” e os seus sujeitos, atuando como uma extensão da chamada “pedagogia da sexualidade” defendida por Louro (2010). Para Camargo e Kessler (2017), é na esfera esportiva que atletas interpretados como desarmônicos em relação aos regulamentos de gênero e à matriz heterossexual são, de forma sutil, porém profunda, controlados e vigiados, produzindo implicações sobre todos os sujeitos e as tecnologias da heterossexualidade compulsória¹⁰.

[...] a heteronormatividade funciona como “poder regulador” que participa dos processos de subjetivação dos próprios sujeitos e se constitui, de outra parte, em relações de poder que materializam corpos como “sexuados” e “generificados”. É no campo concreto das práticas de poder que a divisão binária – masculino e feminino – se naturaliza e isso acontece devido à atualização dos dispositivos de saber-poder, tanto nas práticas sociais, quanto na materialização dos corpos e das subjetividades (CAMARGO, 2012, p. 184).

A negação e o silenciamento das performatividades *queer* resig-nam sujeitos a espaços reclusos e invisibilizados, canalizando-os à sar-jeta¹¹ e historicamente prendendo-os a “guetos” para manterem suas vivências possíveis de subsistir (CAMARGO; RIAL, 2011; CAMARGO, 2012). Entretanto, devido às mudanças sociais que reconhecem novas formas de sujeito, de ser e se expressar nas sociedades modernas, o pú-

10 Conforme aponta Brito (2018, p. 75), “A noção de heterossexualidade compulsória, foi desenvolvida pela teórica feminista Adrienne Rich no clássico texto *Compulsory Heterosexuality and Lesbian Existence*. Rich buscou neste texto problematizar a invisibilidade lésbica nos textos acadêmicos ao colocar em discussão a heterossexualidade como uma instituição política, que retira compulsoriamente os direitos das mulheres, inclusive das mulheres heterossexuais, invisibilizando-as, assim como o processo de secundarização do movimento feminista num contexto de lutas políticas”.

11 Termo aqui empregado como análogo à marginalização.

blico que pode ser interpretado como *queer* passou a crescer na esfera esportiva, ainda que de forma nebulosa, já que promove um notório estranhamento identitário (CAMARGO, 2017).

Sendo assim, ao levarmos em consideração que as *performances* de homens, mulheres e qualquer outra identificação não são uniformes e nem lineares, variando de acordo com o contexto e o sujeito, seria mais adequado falar em performatividades de gênero com designação no plural, indicando a diversidade dos sujeitos.

Butler (2015) assegura que o gênero é uma escolha, mas lembra de que não é uma alternativa definitivamente acessível. É impossível conceber alguém que, posto em algum ambiente fora do gênero, seja capaz de nomear o que espera “ser”, uma vez que “alguém já é seu gênero, a escolha do ‘estilo de gênero’ é sempre limitada desde o início” (SALIH, 2012, p. 68). A possibilidade de trato é limitada, uma vez que o sujeito pode interpretar as normas existentes e organizá-las de um jeito novo, ainda que isso seja feito de modo acuado e restrito. À luz do pensamento pós-estruturalista,

Que a tudo o que vê interpreta como linguagem, é levada adiante uma concepção que rompe com a tendência característica do humanismo de colocar o “sujeito” no centro das análises e teorias ao concebê-lo como determinante no pensamento e na ação (DENTZ, 2015, p. 90).

No que tange à nossa prática, apontamos que essa inserção enunciativa ocorre de acordo com as normas dos sexos, logo, em decorrência da adoção de elementos performativos aos gêneros de forma binária¹². Conforme Butler (2015), a performatividade de gênero se constrói a

12 Não desconsideramos o processo contingente de repetição e ressignificação da norma, no entanto, elencamos que para adentrar no meio esportivo, as pessoas devem, obrigatoriamente, se enquadrar dentro das perspectivas binárias, sob pena de perseguição, resistências e exclusão.

partir das expectativas criadas sobre o sexo e os desejos com base nos preceitos heterossexuais, regulando e assegurando de forma inteligível a coerência entre o próprio sexo, o gênero e as sexualidades.

Nessa esteira, Butler (1997) amplia a noção de performatividade de gênero, inspirada na teoria dos atos de fala. Para a filósofa, esses atos se dividem em dois: 1- os enunciados constantes, aqueles que descrevem um fato, uma situação e; 2- os performativos, aqueles que, ao serem proclamados, produzem, isto é, fazem acontecer aquilo que anunciam, possibilitando deslocamentos que se fazem presentes no processo de repetição da norma. Nesse sentido, traz à tona o discurso generificado que se faz sobre o corpo, assumindo-se assim uma circunscrição de gênero, isto é, o corpo se torna marcado e feito pelo próprio conceito de gênero. Por essas vias, tanto Butler (1993; 2015) quanto Louro (2010; 2013) percebem a distinção sexo/gênero, logo, ambos são efeitos de discursos, compreendendo que suas nomeações implicam, ao mesmo tempo, no estabelecimento de fronteiras e a repetição de normas.

Com respaldo em Jacques Derrida, Butler (1997) acredita que as decorrências da performatividade de gênero são sempre inesperadas, pois a probabilidade de fracasso é inerente aos performativos, podendo ainda ser (re)produtiva. É nesse momento de insucesso que reside o ambiente para ressignificação e para subversão no terreno dos gêneros e das sexualidades.

Austin (1990) complementa ao expor que os enunciados linguísticos são todos performativos. Em sua discussão na obra *How To Do Things With Words*, o autor desmonta a dicotomia entre constatativo e performativo para afirmar que todos os enunciados linguísticos são performativos (em maiores ou menores relevâncias), conforme as relações de poder de quem enuncia, podendo assim produzir uma nova situação ou um conjunto de efeitos que geram realidades sociais.

Dessa forma, com a presença desses enunciados linguísticos plurais materializados pelas corporalidades não normativas no espaço esportivo e de lazer, inspiramo-nos em Louro (2009) e Butler (2015) para perceber o estabelecimento de regimes coercitivos aos modelos que incomodam e questionam as normas já fixadas, reflexo de produtos históricos, culturais e sociais oriundos do sistema biopolítico heteronormativo.

Independente de suas práticas sexuais, na heterossexualidade compulsória todos os sujeitos devem se comportar como heterossexuais para serem aceitos. Já na heteronormatividade, todos devem construir suas histórias segundo o padrão heterossexual. A partir dessa lógica, podemos inferir que a heterossexualidade não é apenas uma orientação sexual, mas um modelo político e social que planeja nossas vidas (SALLIH, 2012) e está entranhado em todas as comarcas sociais.

Na heteronorma, os sujeitos tornam-se coerentes desde que se identifiquem com a heterossexualidade para poder manter a linearidade entre sexo e gênero, persistindo a relação mimética do gênero com a materialidade do corpo. Este reflexo discursivo decorre das recomendações sociais que sugerem a fiscalização dos corpos através de instâncias sociais, tais como família, escola, religião e demais esferas. Essas instâncias imputam diretrizes ditas “certas e erradas” para controlar as formas de se viver, com base, portanto, em padrões normativos (LOURO, 2009). Dentz (2015, p. 102) complementa a ideia ao destacar que

O disciplinamento no contexto das novas instituições sociais toma por base o conhecimento, os saberes das ciências humanas, os saberes dos profissionais especializados para produzir e administrar através da disciplina, do controle, da vigilância e da observação constante, a humanidade e a docilidade nos corpos individualizados num regime disciplinar.

Parece-nos que a ocorrência dessas condutas punitivas possa ser reflexo de frustrações pessoais daqueles/as que não exploram campos da sua sexualidade em razão das coibições heteronormativas. Como resposta, condenam e recriminam àqueles/as que rompem publicamente com tais barreiras.

Ao explorar esse campo da violência, Brito (2018, p. 24), ao comentar sobre a obra de Butler (1997), expõe a geração dos

[...] efeitos performativos gerados pela linguagem de ódio, suas interpelações e de quem seria a responsabilização da repetição de tais discursos, a autoafirmação através da linguagem por pessoas não heteronormativas, como também a enunciação da linguagem performativa do discurso político.

Pelo que se evidencia na experimentação relatada, a participação de um sujeito social “homem” vestindo uma saia é interpretada pelos/as demais presentes como um corpo desviante, que apresenta uma masculinidade suspeita e insinua uma homossexualidade do praticante. Estar daquela maneira, à luz de Tamagne (2013), o desqualificaria para a prática da corrida, mesmo que em um espaço misto e/ou sem a divisão por gêneros, pois este sujeito não se apresenta conforme as normas esperadas para tal. Sua inserção, permanência e vivência são questionadas e repelidas através de violências simbólicas que se materializam pelo discurso, pelos gestos e ações de desaprovação, que renegam a visibilidade da masculinidade *queer*.

Destarte, como se pôde perceber, atitudes homofóbicas foram acionadas para coibir esse fenômeno e assegurar o sistema heteronormativo. Para entender o conceito de homofobia, acionamos Louro (2010) e Borrilo (2010). Segundo a autora e o autor, a homofobia irrompe como fundamental tecnologia de proteção e manutenção da heterossexualidade, variando desde a repulsa clara e externalizada de ser ou tornar-se homossexual, até a ridicularização e inferiorização daqueles sujeitos

que possam ser assemelhados a esta condição de homossexual. É uma potente arma para regular e controlar as sexualidades, assegurando a construção das masculinidades fortes e clássicas que desviam e fogem das feminilidades frágeis, e vice-versa.

Dessa forma, apontamos a culturalidade embasada na heteronormatividade, aquele corpo social “homem-masculino”, supostamente/ biologicamente dotado de pênis, deveria se enquadrar e se comportar da maneira que se espera nas esferas sociais, inclusive no terreno esportivo. Entretanto, em razão das possibilidades infinitas e múltiplas das contingências masculinas (BRITO, 2018; 2019), são inúmeras as variações estéticas, psicológicas e sociais para a construção das masculinidades. O uso da saia, ainda assim, não se enquadra em nenhum retrato dessa ordem, pois ameaça as normas clássicas da masculinidade tradicional, podendo ser, portanto, interpretada como abjeta.

Esse tipo de masculinidade faz arte de um conjunto de outras masculinidades, denominadas como *queer*, cunhada originalmente por Camargo (2012) e aprofundada por Brito (2018). Para o primeiro autor, as masculinidades esportivas funcionam conforme uma estratificação entre as diversas formas de se dar vida ao masculino, abrangendo inclusive outros marcadores sociais, tais como raça, geração e classe social, amplificando assim as possibilidades de ressignificações e rupturas desse(s) conceito(s).

Em sua tese de doutorado envolvendo etnografias realizadas em competições LGBTI+¹³ mundiais, Camargo (2012, p. 67-68) assim conceitua (para melhor entendimento, não para criar novos conceitos e/ou categorias fixas) as masculinidades *queer*:

Nem tão dominante, tampouco espraçada, mas constantemente presente. Eu a denomino “masculinidades *queer*”, justamente por seu caráter descentralizador e abjeto. São tipos performatizados de “masculinidades”, por sujeitos diversos e diferentes,

13 Sigla para designar Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans, Intersexo e mais.

que apresentam marcadores de diferença, como “raça”, classe social, gênero e geração. As “masculinidades *queer*” não são homogêneas entre si, mas apresentam um denominador comum, qual seja, algum traço que as coloque em consonância umas com as outras. Além disso, todas elas conseguem “dialogar” via tais características, sem hierarquias que interfiram.

Dessa forma, vale destacar que ao apontarmos uma performativização de masculinidade *queer* neste estudo – o corredor homem vestindo uma saia –, não estamos querendo reduzir as demais leituras abjetas que se fazem sobre corpos masculinos, uma vez que esse universo é ricamente amplo e profícuo.

Para contribuir com esses pensamentos, acionamos os dizeres de Brito (2018) para explicar uma rede simbólica que desidentifica a masculinidade ao estabelecer um horizonte de aspiração não heteronormativa para corpos. O autor (p. 83) diz que esta perspectiva se direciona “[...] para além da pluralidade e da multiplicidade, radicalizando a abertura ao devir do desejo ao infinito e potencializando o reconhecimento positivo da diferença”. Assim, continua:

Em articulação com a perspectiva teórico-política da desconstrução, a masculinidade *queer* se traduz em um horizonte político que questiona as estabilizações sedimentadas e provisórias na ordem social. Enuncia performatizações que jamais se cristalizam, valendo-se desta instabilidade para potencializar multidões de corpos e performances incalculáveis na busca por um horizonte que nega a arbitrariedade das normalizações e almeja a desidentificação radical, como estratégia política potente para afirmar a diferença (p. 84).

Destarte, ao subverter o entendimento das relações de gênero, abre-se um viés de discussão que ressignifica o entendimento das corporalidades através do conceito de performatividade de Butler (2015).

Outro ponto que podemos vislumbrar no ocorrido ainda se tratando de performatividade refere-se à precarização descrita por Butler (2017). Segundo a autora, a performatividade também se configura como um fazer de liberdade pública que carrega consigo riscos e ameaças por submeter um sujeito às condições de precariedade maximizada, fato este que ocorre sempre que algum grupo ou alguém se organizava publicamente para conclamar por direitos à liberdade de gênero e sexualidade, quando sofre da negligência policial e quando não há o reconhecimento de que sujeito(s) dessa ordem é(são) digno(s) de proteção tanto física quanto legal.

Pensando uma sociedade enquanto direcionada por um Estado, este deveria prover todos os artifícios legais para assegurar a todo e qualquer cidadão o livre direito de ir e vir, bem como todo subsídio educacional, de saúde, trabalhista, segurança e demais direitos igualitários sem qualquer distinção por credo, raça, gênero, etnia, entre outros. No entanto, em função de um modelo de poder corrompido por valores e morais centrados ao ser humano universal, aqui compreendido como homem, branco, heterossexual, jovem e cristão, preceitos normativizados e normatizadores são incutidos de forma generalizada e arbitrária, deslegitimando a presença e (sobre)vivência de corpos sociais subalternizados, principalmente daqueles que não seguem essa lógica entre sexo/gênero/desejo, resultando, por fim, na condição de precariedade maximizada deste sujeito.

Exercer o direito de expressar tal gênero ou tal sexualidade exprime uma liberdade que atua entre a relação corporal e o mundo externo, uma vez que ao reivindicar uma posição em público, deveríamos ter-nos assegurado o livre direito de andar pelas ruas sem sofrer assédios ou ataques e também viver o corpo e seu desejo de forma plena (BUTLER, 2017). Essa argumentação pública e seus desdobramentos deveriam ser um exercício de liberdade garantido e protegido pelo Estado a todos/as, o que não ocorre, no entanto, haja vista os resultados deste estudo

que, embora impactante, é apenas uma singela contribuição em meio a tantas condições desta ordem: o corredor *queer* torna-se corpo precário maximizado quando, sozinho, manifesta publicamente sua sexualidade, sofrendo uma série de violências simbólicas materializadas através de comentários maliciosos e maldosos, e também pelas ações de negação e regulação oriunda dos demais atores sociais, estando, ainda, passível de sofrer atentados à sua integridade física.

Fazendo uma extensão dessa análise para o cenário brasileiro, é possível entender e justificar o porquê tais ocorrências foram possíveis de se manifestar, sem qualquer receio ou pudor por parte do público declamante. “A cada 20 horas um LGBT morre de forma violenta vítima da LGBTfobia, o que faz do Brasil o campeão mundial de crimes contra as minorias sexuais” (GRUPO GAY DA BAHIA, 2018, p. 1).

Ainda, o país não possui em sua legislação uma lei específica que enquadre e puna atos considerados homofóbicos¹⁴. Para a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros (ABGLT), tanto a homofobia quanto a transfobia deveriam ser enquadradas em crime de racismo ou interpretadas como discriminação atentatória aos direitos e liberdades fundamentais. Baseada nos incisos XLI e XLII do art. 5º da Constituição de 1988, a ABGLT denunciou omissão por parte do Congresso Nacional, o que levou o Supremo Tribunal Federal (STF) a iniciar julgamento para decidir se tais condutas seriam enquadradas como criminalísticas, devido à Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) 26 e do Mandado de Injunção (MI) 4733, impetradas pelo Partido Popular Socialista (PPS) e pela ABGLT, respectivamente.

14 Tanto a homofobia quanto a transfobia não estão especificadas na legislação penal brasileira, entretanto, como medida emergencial, o STF determinou que condutas enquadradas como homotransfóbicas passem a ser punidas pela Lei de Racismo (7716/89), que hoje prevê crime por discriminação ou preconceito de acordo com raça, cor, etnia, religião e/ou procedência nacional. A pena pode variar até cinco anos de prisão e/ou multa, além de constituir crime inafiançável e imprescritível, segundo o texto constitucional. Para mais informações, recomendamos visitar as informações da BBC News Brasil, disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47206924>.

Iniciado em fevereiro/2019 e concluído em junho/2019, o julgamento contou com 8 dos 11 votos, favoráveis à criminalização. Votaram a favor da criminalização, os/as ministros/as: Alexandre de Moraes, Cármen Lúcia, Celso de Mello, Edson Fachin, Gilmar Mendes, Luís Barroso, Luiz Fux e Rosa Weber. Contrários, Dias Toffoli, Ricardo Lewandowski e Marco Aurélio (embora os dois primeiros tenham reconhecido haver uma demora inconstitucional por parte do Legislativo em legislar sobre a temática).

Para o Grupo Gay da Bahia (2018, p. 20), são ações indispensáveis para a solução dos crimes de homotransfobia no Brasil:

[...] educação sexual e de gênero para ensinar aos jovens e à população em geral o respeito aos direitos humanos e cidadania dos LGBT; aprovação de leis afirmativas que garantam a cidadania plena da população LGBT, equiparando a homofobia e transfobia ao crime de racismo; políticas públicas na área da saúde, direitos humanos, educação, que proporcionem igualdade cidadã à comunidade LGBT; exigir que a Polícia e Justiça investiguem e punam com toda severidade os crimes homo/transfóbicos e finalmente, que os próprios gays, lésbicas e trans evitem situações de risco, não levando desconhecidos para casa e acertando previamente todos os detalhes da relação. A certeza da impunidade e o estereótipo do LGBT como fraco, indefeso, estimulam a ação dos assassinos.

Exposto este cenário, podemos melhor compreender a representatividade exercida por este corpo *queer* na corrida de rua. Conforme aponta o estudo de Sanfelice *et al.* (2017, p. 84), “[...] pouco se sabe da preferência da prática de correr entre os diferentes gêneros”, ainda pensando-se em uma perspectiva binária e heteronormativa, o que nos leva a refletir: como se daria essa concepção ao abordar aquele/a desviante?

Nesta interpretação, à luz de Butler (2017), depreende-se que o/a *queer* luta por um reconhecimento que melhore sua condição de preca-

riedade maximizada através do combate às normas dominantes causadoras deste estado sem amparo político e proteção. Inserir-se *queer* da comunidade à corrida, ambos os terrenos revelados como normalizadores heterocentrados de expressões sexuais e agentes controladores de corpo, desejo e vida, exalta o anseio de viver e agir de forma politizada com o intuito de assegurar condições de existência e reconhecimento.

Às vezes, as normas de reconhecimento nos ligam de formas que põem em perigo nossa capacidade de viver: qual, se o gênero que estabelece normas exigidas para que sejamos reconhecíveis além disso nos violenta, pondo em perigo nossa própria sobrevivência? Então, as próprias categorias que parecem tornar a vida possível na verdade tiram as nossas vidas. A questão não é aceitar tal ligação dupla, mas lutar por modos de vida em que possamos viver em novos modos de existência, na borda crítica do reconhecível, e ainda viver (BUTLER, 2017, p. 45-46).

Neste cenário, apropriar-se de uma característica definida como feminina rompe com a naturalidade do discurso biologizante e coerente dos sexos, gêneros e sexualidades. Foucault (1988) explica que as diversas convenções individuais e sociais traduzem-se em um dispositivo discursivo, histórico, temporal e doutrinador sobre o sexo que atua como modelador social de corpos e suas sexualidades, onde a heterossexualidade é tomada como modelo natural, genuíno e regular, constantemente refém de processos autoafirmativos, vigilantes e (re)consolidadores de normas e valores coercitivos, uma vez que não se sustenta por si só e necessita desse discurso reiteradamente para se estabilizar.

Tal estratégia visa normalizar as vidas esportivas, o que na corrida aciona tecnologias de defesa, como a homofobia, através de discursos imperiosos que regulam, reprimem e renegam: os olhares, o não reconhecimento e a verbalização agressiva da repulsa a este tipo de vida. A homofobia desvelada nas práticas esportivas reverbera da tentativa de

sua desterritorialização enquanto templo de práticas *straight*¹⁵, de modo a controlar os corpos e suas formas de se portar, segregando assim grupos heterossexuais de não heterossexuais (ROSA, 2004) e possibilitando a sustentação e manutenção de guetos.

Essas normas, embora categorizadas como homofóbicas, fazem parte de uma teia de ameaças às vidas das minorias de gênero e sexuais juntamente da lesbofobia, transfobia e misoginia, que precisam ser entendidas e compreendidas de forma inter-relacionada (BUTLER, 2017). Embora não atuem da mesma forma, é possível traçar pontos comuns entre elas e conceber que

certas normas governam como os corpos podem e não podem se mover no mundo, como corpos devem surgir ou fracassar em surgir, como a discriminação e a violência ocorrem com base no modo como corpos e desejos são percebidos. O que cada um deles compartilha é uma exposição diferencial à violência, uma falta de proteção da autoridade policial, um medo da polícia, do raciocínio militar e de segurança que permeia o poder político, o medo de estar exposto a uma condição de precariedade sem proteção clara (BUTLER, 2017, p. 39).

Para finalizar nossas análises, acionamos, por fim, Butler (2015) e sua brilhante colocação acerca das reformulações às quais os corpos se submetem em um processo infundável por toda a vida. À formulação de uma imagem que pode ser interpretada como *queer*, rapidamente esta deve ser combatida, renegada e massacrada pelos agentes sociais que, treinados para julgar, recriminar e controlar, acionam discursos já respaldados e consolidados para manter a ordem vigente sobre todos/as aqueles/as que ameaçam não seguir a premissa de vida heteronormativa.

15 De sentido amplo e convencional, *straight* significa reto, direito e, informalmente, cumpre com a designação de classificar o não-homossexual.

Conclusão

Este estudo buscou analisar a experiência de um corpo masculino *queer* em uma corrida de rua. Pôde-se constatar que a performatividade de uma masculinidade *queer* acionou discursos homofóbicos para re-preender e controlar essa forma de performativizar-se publicamente e/ou ocupar o espaço em questão, reafirmando os preceitos da heteronormatividade na modalidade esportiva em questão.

À luz de Brito (2018, p. 163), podemos elencar essa experiência como “[...] estabilização na instabilidade, como um movimento de deslocamento da masculinidade normalizadora”. Neste cenário fluido, inferimos que a corrida de rua, mesmo não demarcando categorias de gênero, reforça as normas sociais heteronormativas, policiando as masculinidades *queer* e criticando suas performatividades públicas nas esferas analisadas.

Assim como Brito (2018, p. 164), concordamos que as masculinidades devam ser (re)pensadas, não apenas nos espaços sociais, mas em todos os âmbitos de performatividades possíveis, para “[...] romper com as normalizações arbitrárias que disputam os sentidos de “ser homem” na sociedade em geral”.

Também, acreditamos que a adoção de medidas legislativas que criminalizem atos homotransfóbicos irrompe como medida emergencial, não se limitando a apenas a isso, mas estendendo-se para políticas educativas amplas que discutam e reconheçam as diversidades e inúmeras outras formas de se expressar e se viver.

Referências

ALBUQUERQUE, Diogo Barbosa et al. Corrida de rua: uma análise qualitativa dos aspectos que motivam sua prática. *Revista Brasileira de Ciência e Movimento*, Brasília, v. 26, n. 3 p. 88-95, jul./set. 2018.

ARAÚJO, Allyson Carvalho. Gênero, sexualidade e esporte no cinema. *Revista Brasileira de Ciência e Movimento*, Brasília, v. 23, n. 1, p. 172-181, jan./mar. 2015.

AUSTIN, John Langshaw. Quando dizer é fazer: palavras e ações. Trad. de Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BORRILLO, Daniel. Homofobia: história e crítica de um preconceito. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

BRITO, Leandro Teófilo de. Enunciações de masculinidade em narrativas de jovens atletas de voleibol: leituras em horizonte queer. 2018. 225 p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, Rio de Janeiro, RJ, 2018.

BRITO, Leandro Teófilo de. Performances dissidentes no espaço do voleibol: masculinidades queer? In: PEREIRA, Erik Giuseppe Barbosa; SILVA, Alan Camargo (Orgs.). *Educação Física, Esporte e Queer: sexualidades em movimento*. 1 ed. Curitiba: Editora Appris, 2019. p. 83-103.

BRUYNE, Paul de; HERMAN, Jacques e SCHOUTHEETE, Marc de. *Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais: os pólos da prática metodológica*. 5. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.

BUTLER, Judith. *Bodies that matter: on the discursive limits of 'sex'*. Londres, Routledge, 1993.

BUTLER, Judith. *Excitable speech: a politics of the performative*. New York: Routledge, 1997.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro, editora Civilização Brasileira. Col. Sujeito & História, 8ª ed. 2015. 288 p.

BUTLER, Judith. Alianças queer e política anti-guerra. Bagoas - Estudos Gays: gênero e sexualidades, Natal, v. 11, n. 16, p. 29-49, jan./jun. 2017.

CAMARGO, Wagner Xavier. Circulando entre práticas esportivas e sexuais: etnografia em competições esportivas mundiais LGBTs. 2012. 380f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Santa Catarina, SC, 2012.

CAMARGO, Wagner Xavier. O torcedor queer. Ludopédio. Sessão Arquibancada, 26 nov. 2017. Disponível em: < <http://www.ludopedio.com.br/archibancada/o-torcedor-queer/> >. Acesso em: 08 fev. 2018.

CAMARGO, Wagner Xavier; RIAL, Carmem Silva de Moraes. Esporte LGBT e Condição Pós Moderna: notas antropológicas. Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas, Florianópolis, v.10, n.97, p. 269-286, jul., 2009.

CAMARGO, Wagner Xavier; RIAL, Carmem Silva de Moraes. Competições esportivas mundiais LGBT: guetos sexualizados em escala global? Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 19, n. 3, p. 977-1003, set./dez. 2011.

CAMARGO, Wagner Xavier; KESSLER, Cláudia Samuel. Além do masculino/feminino: gênero, sexualidade, tecnologia e performance no esporte sob perspectiva crítica. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, n. 47, p. 191-225, jan./abr. 2017.

DAOLIO, Jocimar. Educação Física e o conceito de cultura. Campinas: Autores Associados, 2004.

DAOLIO, Jocimar. *Corpos e culturas: a atualidade do pensamento de Marcel Mauss*. In: SILVA, Maria Cecília de Paula; ATHAYDE, Pedro; LARA, Larissa (Orgs.). *Corpo e cultura*. Natal: EDUFRN, 2020. p. 117-127.

DENTZ, Volmir von. *As tendências pós-críticas na pesquisa em educação: análise filosófica e crítica ontológica*. 2015. 393 p. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP, 2015.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade, v.1: A vontade de saber*. Graal ed. 14ª ed. Rio de Janeiro, 1988.

GILL, Rosalind. *Análise de discurso*. In: BAUER, Martin; GASKELL, George (Orgs.) *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. 8. ed., Petrópolis: Vozes, 2010, p. 244-270.

GONÇALVES, Eliane. *Pensando o gênero como categoria de análise*. In: AMARAL, A. et al. (Orgs.). *Estudos de gênero*. [S.l.]: Universidade Católica de Goiás, 1998. p. 41-60.

GRUPO GAY DA BAHIA. *Mortes violentas de LGBTQ+ no Brasil. Relatório 2018*. Disponível em: <https://homofobiamata.files.wordpress.com/2019/01/relatorio-2018-1.pdf> . Acesso em: 1º maio 2019.

JAEGER, Angelita Alice; GOELLNER, Silvana Vilodre. *O músculo estraga a mulher? A produção de feminilidades no fisiculturismo*. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v.19, n. 3 p. 955-975, set./dez. 2011.

LOURO, Guacira Lopes. *Heteronormatividade e homofobia*. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). *Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. Pro-Posições, Campinas, v. 19, n. 2 (56), p. 17-23, mai./ago. 2008.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes. (Org). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 7-35.

LOURO, Guacira Lopes. Um corpo estranho: Ensaio sobre sexualidade e teoria queer. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. 16 ed., Petrópolis: Vozes, 2014.

MADUREIRA, Ana Flávia do Amaral; BRANCO, Angela Uchôa. As raízes histórico-culturais e afetivas do preconceito e a construção de uma cultura democrática na escola. In: BRANCO, Angela; OLIVEIRA, Maria Cláudia de (Orgs.), Diversidade e cultura da paz na escola: contribuições da perspectiva sociocultural. Porto Alegre: Mediação, 2012. p. 125-155.

MISKOLCI, Richard. Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

OLIVEIRA, Gilberto; CHEREM, Eduardo Hippolyto Latsch; TUBINO, Manoel José Gomes. A inserção histórica da mulher no esporte. Revista Brasileira de Ciência e Movimento, Brasília, v. 2, n. 16, p. 117-125, 2008.

PEREIRA, Erik Giuseppe Barbosa. Discutindo gênero, corpo e masculinidade. In: ROMERO, Elaine; PEREIRA, Erik Giuseppe Barbosa. (Orgs.). Universo do corpo: Masculinidades e feminilidades. Rio de Janeiro: Shape; 2008. p. 87-101.

PEREIRA, Erik Giuseppe Barbosa; PONTES, Vanessa Silva; RIBEIRO, Carlos Henrique de Vasconcellos. Jogos Olímpicos de Londres 2012:

brasileiros e brasileiras em foco. Revista de Educação Física da UEM, Maringá, v. 25, n. 2, p. 257-271, jun. 2014.

PÉREZ-NEBRA, Amalia Raquel; JESUS, Jaqueline Gomes de. Preconceito, estereótipo e discriminação. In: TORRES, Claudio Vaz; NEIVA, Elaine Rabelo (Orgs.). Psicologia social: principais temas e vertentes. Porto Alegre: Artmed, 2011. p. 219-237.

ROSA, Rodrigo Braga do Couto. Enunciações afetadas: relações possíveis entre homofobia e esporte. 2010. 215 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2010.

SABO, Donald. O estudo crítico das masculinidades. In: ADELMAN, Miriam; SILVESTRIN, Celsi Brönstrup; LOURO, Guacira Lopes (Orgs.). Gênero Plural. Curitiba: UFPR, 2002. p. 33-46.

SALIH, Sara. Judith Butler e a teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

SAMPAIO, Tânia Mara Vieira. Gênero e Lazer: Um binômio instigante. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho (Org.). Lazer e Sociedade: múltiplas relações. Campinas/SP: Alínea, 2008. p. 139-154.

SANFELICE, Rúbia et al. Análise qualitativa dos fatores que levam à prática da corrida de rua. Revista Brasileira de Prescrição e Fisiologia do Exercício, São Paulo, v. 11, n. 64, p.83-88, jan./fev. 2017.

SCOTT, Joan. “Gênero: Uma categoria útil de análise histórica”. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SILVA, Alan Camargo. Corpos transgressores: contribuições da analítica queer para a área da Educação Física. In: PEREIRA, Erik Giuseppe Barbosa; SILVA, Alan Camargo (Orgs.). Educação Física, Esporte e Queer: sexualidades em movimento. 1 ed. Curitiba: Editora Appris, 2019. p. 61-79.

TAMAGNE, Florence. Mutações homossexuais. In: COURBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (Orgs.). História da virilidade: A virilidade em crise? Petrópolis/RJ: Vozes, v.3, 2013. p. 424-453.

VERGARA, Sylvia Constant. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. 15ª ed. São Paulo: Atlas, 2014.